

Sindifisco Nacional – Delegacia Sindical de São Paulo

Clipping de 21 e 20 de fevereiro de 2010

Folha de S. Paulo, 21 de fevereiro de 2010

Painel

RENATA LO PRETE - painel@uol.com.br

Saideira 1. Dando por perdida a batalha, no STF, pela manutenção da contribuição sindical obrigatória, as centrais passaram a pressionar os ministros da corte para que o desfecho da votação ocorra apenas em abril. Assim, elas assegurariam ao menos o gordo repasse deste ano, que o governo fará em março.

Saideira 2. No ano passado, as seis centrais receberam R\$ 64 milhões de imposto sindical. A CUT faturou R\$ 21 milhões, e a Força Sindical, R\$ 18 milhões. Apesar do lobby, o caso entrou na pauta desta semana no Supremo.

Fisco "blinda" grandes grupos em ano eleitoral

Portaria sigilosa editada antes do Natal centraliza controle das auditorias em Brasília e reduz autonomia dos fiscais

Medida visa evitar surpresas para o governo em ano de eleições, como ocorreu com as autuações bilionárias a Ford e Santander em 2009



Marcos Vinícius Neder, subsecretário do fisco e autor da portaria

LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Receita Federal decidiu delimitar a fiscalização de grandes contribuintes no ano eleitoral. Portaria sigilosa editada às vésperas do Natal, à qual a Folha teve acesso, centraliza o controle de auditorias em Brasília, reduz a autonomia dos fiscais pelo país e evita surpresas ao governo como as com a Ford e o Santander em 2009.

Autuados em R\$ 1,2 bilhão e R\$ 4 bilhões, respectivamente, a montadora e o banco foram ao Planalto reclamar. Na ocasião, o ministro Guido Mantega (Fazenda) ficou contrariado com a magnitude das multas, num período de recuperação da economia, mas nada pôde fazer, pois as punições já haviam sido formalizadas.

A portaria RFB/Sufis de nº 3.324, de 23 de dezembro passado, praticamente elimina a possibilidade de o governo ser pego de novo de surpresa.

Agora, o comando da Receita selecionará previamente grandes empresas que serão fiscalizadas. A lista será feita pelo órgão central do fisco, em Brasília, e por superintendentes (cargos de confiança nomeados pelo secretário da Receita).

Nenhuma das delegacias fiscais pelo país poderá agir isoladamente contra grandes contribuintes que não estiverem na relação -se tiverem novas suspeitas, terão de submeter os nomes aos superiores.

O subsecretário de Fiscalização da Receita, Marcos Vinícius Neder, autor da portaria, diz que as medidas têm caráter técnico, seguem padrão internacional adotado por países como EUA e Japão e que a centralização aumentará o alcance das auditorias, garantindo proteção aos direitos dos contribuintes. "Não adianta querer fiscalizar os grandes, é preciso saber fiscalizar os grandes", disse.

Além da portaria, serão criados dois escritórios especificamente para cuidar de grandes

autuações, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, que devem entrar em funcionamento nas próximas semanas.

Até agora, a Receita funcionava de forma bem diferente. As delegacias elaboravam suas próprias programações de fiscalização e nunca precisaram enviar a Brasília ou superintendências a relação de seus alvos.

A sede da Receita costumava só dar diretrizes de fiscalização. Muito raramente estabelecia empresas e pessoas físicas a serem auditadas -geralmente por determinação externa, como da Justiça ou do Ministério Público Federal.

As novas regras do fisco valem tanto para grandes empresas (faturamento bruto em 2008 superior a R\$ 80 milhões, entre outros quesitos) quanto para pessoas físicas (rendimento anual acima de R\$ 1 milhão).

A portaria entrou em vigor na data de sua edição. Em ano de eleição presidencial, portanto, a Fazenda e o Planalto poderão saber de antemão quem será fiscalizado -e quando e como isso será feito.

O documento não foi publicado no "Diário Oficial da União" e não consta da página da Receita na internet, ao contrário da praxe. Foi incluído apenas na intranet do órgão.

Autonomia

A **Folha** ouviu fiscais em diversas cidades. Muitos ainda não sabiam do alcance das novas regras. Todos as criticaram, com expressões como "limitar", "inibir", "engessar" e "retirar a autonomia" de seu trabalho. Na sua opinião, eles passarão a fazer apenas relatórios e a cumprir ordens de cima.

Alegam que o delegado (autoridade local do fisco) e os auditores conhecem as empresas de sua jurisdição e normalmente sabem quais precisam ou não passar por auditoria.

Outro ponto levantado pelos fiscais é o risco de vazamento da lista produzida em Brasília - o que traria constrangimentos a contribuintes e à Receita.

Até este ano, como os dados não eram centralizados, nunca houve uma relação de toda a programação de fiscalização do país. Os dados eram tratados de forma restrita e independente por cada uma das delegacias e unidades especiais.

Frase

Não adianta querer fiscalizar os grandes, é preciso saber fiscalizar os grandes

MARCOS VINÍCIUS NEDER

subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, autor da portaria editada às vésperas do Natal que limita a atuação de fiscais pelo país

Governo tentou interferir no fisco ao menos quatro vezes

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo tentou interferir nos trabalhos de fiscalização da Receita Federal em pelo menos quatro grandes casos entre o final de 2008 e meados do ano passado: Ford, Santander, Petrobras e nas empresas da família do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Os dois últimos episódios tiveram ampla repercussão no ano passado. Em relação à montadora americana e ao banco espanhol, a **Folha** revela agora informações inéditas. A começar pelos valores dos autos de infração sobre as duas empresas, de R\$ 1,2 bilhão e R\$ 4 bilhões, respectivamente.

No caso da Ford, a ingerência partiu do ministro Guido Mantega. Em abril do ano passado, Mantega pediu informações à cúpula do fisco sobre uma auditoria na unidade da montadora na Bahia. Recomendou cuidado no trabalho dos fiscais. Semanas depois, a Receita autuou a fabricante de automóveis, alegando utilização indevida de incentivos fiscais. A reportagem falou com três pessoas que participaram das conversas sobre o episódio, sob a condição de não terem suas identidades reveladas.

Contaram que Mantega e o secretário-executivo do ministério, Nelson Machado, pediram com todas as letras que a cúpula da Receita tentasse reverter a multa. O ministro argumentou que um auto daquele valor, em ano de crise global, iria dificultar novos investimentos da montadora no país. No caso do Santander, executivos do banco levaram as reclamações sobre a ação da Receita diretamente ao Planalto. Mais uma vez, as queixas chegaram aos ouvidos de Mantega. No final de 2009, a **Folha** questionou o ministro, que não negou as conversas no fisco.

"Converso com o secretário da Receita sobre várias empresas. Não posso declinar publicamente as empresas. Há empresas autuadas, multadas, que reclamam, que acham que foram injustiçadas ou que estão sofrendo alguma coisa. É natural que a gente converse, dentro da preservação do sigilo fiscal", disse na época. "Conversei sobre várias empresas. Mas não houve mudança de procedimentos, sobre nenhum caso."

O episódio da família Sarney ganhou dimensão nacional por conta do embate entre a ex-secretária do fisco Lina Maria Vieira e a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). Em entrevista à **Folha**, a ex-secretária disse que a ministra havia lhe pedido, numa reunião a sós no Palácio do Planalto, para "agilizar" a fiscalização nas empresas do senador, o que Lina entendeu como um recado para encerrar logo a investigação. Dilma negou o pedido e o encontro.

Ainda na gestão de Lina, o fisco aplicou um auto de infração bilionário na Petrobras. O presidente da estatal, José Sergio Gabrielli, foi ao presidente Lula dizer que a multa era um absurdo. Semanas depois, Lina foi demitida do cargo. Procurados, Ford e Santander não se manifestaram. (LS)

Colaborou **CATIA SEABRA**, da Reportagem Local

Centralização eleva eficácia, afirma Receita

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Marcos Vinícius Neder, 51, subsecretário de Fiscalização da Receita, diz que a centralização da programação de auditorias melhorará o índice de acerto do órgão, que já é de 90%. Isto é, hoje, de cada 10 fiscalizações, em 9 os contribuintes são autuados.

"Eu preciso de setores que trabalhem essas informações [dados dos contribuintes], para que o fiscal, ao sair para a fiscalização, saia com efetividade, para não perturbar aquele que tem suas contas em dia, aquele bom contribuinte", disse Neder à **Folha**.

Para ele, as delegacias do fisco não podem trabalhar isoladamente na programação das fiscalizações e precisam ter maior integração com as superintendências regionais e a sede.

"Por que é importante isso? Porque é muita informação. Tenho que ter etapas, tenho

primeiro que definir os setores mais estratégicos, que volume de informações eu tenho, trabalhar esses dados e definir os contribuintes."

A portaria RFB/Sufis 3.324/2009 prevê a seleção das fiscalizações dos grandes e médios contribuintes para este ano e também para 2011. "Não quero melhorar o meu índice de acerto? Então preciso da informação antes."

Para Neder, as críticas partem de quem desconhece o assunto. "Vou controlar com metas um setor que não era tão controlado antes, que é o setor da programação [da fiscalização]." Ele rebateu afirmações de que as medidas não foram debatidas e disse que houve duas reuniões com fiscais sobre o assunto no ano passado.

É preciso uma ação preventiva contra pirataria"

DE PEQUIM

Um dos maiores temores dos empresários brasileiros que vão à China buscar fornecedores ou parceiros é que seus produtos sejam copiados e pirateados em escala global. A lista de vítimas internacionais é imensa. Os advogados brasileiros no país sugerem como se prevenir, mas dizem que as punições na Justiça chinesa ainda não envolvem indenizações milionárias, como em outros locais.

AÇÃO PREVENTIVA FERREIRA - A primeira empresa a registrar um produto no equivalente chinês do Inpi [Instituto Nacional da Propriedade Industrial] se torna detentora da marca. Então agir preventivamente é importante. Registre seu produto já. Um bom contrato com o fornecedor é fundamental. O chinês nunca dirá que não consegue atender a um pedido e acaba terceirizando a outras fabriquetas. Tem fornecedor que gera um excedente de produção para fazer caixa.

Hoje os contratos exigem que seja produzido em apenas uma unidade ou em algumas poucas e que os moldes sejam devolvidos, assim como o que não passar pelo controle de qualidade. Você terá direito de visitá-las.

Não quer dizer que não haverá pirataria. No interior, o interesse das fábricas locais conta mais, e a Justiça pode ser mais protecionista. Em Pequim ou Xangai, se você achar a peça pirateada, é melhor. Vale registrar a propriedade intelectual em uma delas. **RABELLO** - A fábrica brasileira de cadeados e fechaduras Soprano, de Caxias do Sul (RS), esteve em 2000 pesquisando fornecedores na China.

Um deles viu o catálogo e registrou a marca e o logo, impedindo que os fabricantes brasileiros exportassem com sua própria marca para o país. Ele poderia revender a marca à própria se ela quisesse exportar para a China. O Inpi local, que tem juízes arbitrais, decidiu a favor da empresa brasileira, que tinha toda a documentação para provar. Mas a indenização foi pequena. **FERREIRA** - A condenação ainda não é satisfatória, pois pode cessar a violação, mas sem uma compensação econômica. Enquanto não doer no bolso, a pirataria vai continuar.

Há alguns anos, havia aqui até a versão pirata da cerveja mexicana Corona, usavam garrafas parecidas e com o mesmo logo e colocavam outra cerveja dentro. O maior risco é que esses produtos pirateados sejam exportados, competindo em terceiros mercados, não só na China, com o original.

O Estado de São Paulo, 21 de fevereiro de 2010

Goiás

Assédio moral ganha dia de luta no Estado

Tamanho do texto? **A A A A**

O governador de Goiás, Alcides Rodrigues (PP), sancionou a Lei 16.798, que institui a data de 2 de maio como o Dia Estadual de Luta contra o Assédio Moral nas Relações de Trabalho. O autor da proposta, deputado Miguel Ângelo (PMDB), alega que o assédio moral tem causado danos físicos e mentais em milhares de trabalhadores.

"BC deve começar a apertar um pouco antes"

Economista acha que apenas um ajuste fiscal mais rigoroso poderia aliviar um pouco o aperto monetário que deve vir

Fernando Dantas, RIO

Tamanho do texto? **A A A A**

O economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, antevê uma escalada da Selic, a taxa básica de juros, a partir da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), em 16 e 17 de março. O cenário é de um primeiro aumento de 0,50 ponto porcentual, seguido de mais três de 0,75 nas reuniões de abril, junho e julho. Com isso, a Selic sairia do nível atual, de 8,75%, para um pico de 11,5%. Goldfajn nota que o Brasil, com outros países emergentes, faz parte do mundo que evita "crescer além da conta" e enfrentar pressões inflacionárias, enquanto os principais países ricos lutam para crescer alguma coisa. No caso brasileiro, o economista acha que só um ajuste fiscal rigoroso pode aliviar o aperto monetário. A seguir, a entrevista.

Por que os juros devem subir no Brasil?

O mundo está caminhando para uma bifurcação. Os países maduros estão com mais dificuldade de crescer, e aí se inclui a Europa, os Estados Unidos e o Japão. E os países emergentes, liderados pela China, pela Ásia, mas incluindo o Brasil, estão num ritmo de apertar as políticas, tanto monetária quanto fiscal, para evitar o superaquecimento e a volta da inflação. Então, de um lado, tem um mundo de economias desenvolvidas que veem se conseguem crescer, e, do outro, as economias emergentes que, em contraste, tentam evitar crescer além da conta.

Mas há de fato risco inflacionário no Brasil?

No Brasil, está ficando cada vez mais claro que terão de ser tomadas medidas monetárias e fiscais para evitar a volta da inflação. A inflação de curto prazo está voltando a subir, tanto nos índices gerais de preços, os IGPs, quanto nos índices ao consumidor, os IPCs. Isso, por sua vez, está começando a contagiar as expectativas de inflação para este ano.

Mas o aumento da inflação de curto prazo não é meramente pontual, sazonal?

De fato, nem sempre o aumento da inflação de curto prazo faz com que se espere inflação mais alta. Pode ser que suba hoje e caia amanhã. Mas, em época de economia aquecida, a subida da inflação corrente leva ao aumento das expectativas de inflação. E estou de fato vendo a economia aquecida, estou escutando empresários falarem que vão acabar reajustando o preço porque a demanda está forte, os custos estão aumentando, e porque há espaço para reajuste. Então, de um lado, há os dados que mostram a economia aquecida. Do outro, tem a inflação corrente subindo. Além disso, tem as perspectivas de inflação que estão começando a aumentar bastante, não só do Focus, que vem da coleta de dados do mercado pelo BC, mas também a inflação implícita nas negociações dos títulos indexados.

E quando deve começar o aperto?

A gente achava que podia demorar um pouco mais, que tinha tempo para prevenir, que o BC podia olhar para quando fosse o melhor momento. Mas parece que os números deste começo de ano estão vindo um pouco fortes. Então, o BC, para não correr riscos desnecessários, talvez precise começar a apertar um pouco antes do que pensava. Temos uma visão de que seria bom - e a gente acredita - que o BC suba o juro na próxima reunião, em março, para poder garantir duas coisas: um, que a inflação não suba e as expectativas de inflação não piores; e, dois, que o Brasil continue crescendo de forma sustentada.

E de quanto seria a alta?

Acho que de 0,5 ponto.

E quanto deve subir no total?

É difícil saber, mas algo na linha 2,75 pontos percentuais. Acho que seria o necessário para fazer a economia voltar a crescer a taxas sustentáveis.

Isso se estenderia até quando?

Até julho você consegue fazer isso.

Até julho, 2,75 pontos percentuais?

Suponhamos que seja 0,5 em março, 0,75 em abril, depois mais duas: 0,75 em maio e 0,75 em julho. Seria uma de 0,5 e três de 0,75.

A previsão é de um pico de curto prazo, e não de um movimento mais gradativo até o fim do ano, portanto?

Acho que não tem porque fazer dessa forma (gradativa). É razoável tentar matar o problema pela raiz. Você vai lá, sobe, desacelera a economia, que em vez de crescer a taxas de 6%, 7%, volta a crescer a 5%, ou 4,5%, para evitar as expectativas de aumentos de preços.

Uma alta de 2,75 pontos percentuais não é muito?

É menos do que em outros ciclos no passado, que chegaram a 3,5 pontos percentuais ou mais. E é natural que seja assim. À medida que a economia tem menos risco e mais crédito, a sensibilidade à taxa de juros deve aumentar. A economia reage hoje mais do que no passado a um determinado aumento. Mas, neste ano, ainda não podemos pensar em altas muito menores, dado que a economia está aquecida e a inflação já está subindo. Se houver a contribuição de um ajuste fiscal maior, na linha de algumas declarações que ouvi, talvez seja possível um ajuste menor nos juros.

E quando a Selic voltaria a descer?

Não tenho uma estimativa precisa, mas é um período longo nesse nível que eu mencionei. Estamos falando em algo até o segundo semestre de 2011. Mas também depende do ajuste fiscal no ano que vem - aliás, já anunciado, isto é, uma aumento do superávit primário para 3,3% do PIB, sem deduções. A Fazenda anunciou também que vai tirar os benefícios em termos de impostos. Quanto maior o ajuste, menor o período que fica naquele nível máximo. Depende também da economia mundial, que, se enfraquecer muito, também reduz aquele período.

O sr. acredita no cumprimento daquela meta de primário?

O abatimento pode chegar até 0,9 ponto porcentual do PIB. Como a meta sem abatimento é de 3,3%, isso significa que poderia ser de um mínimo de 2,4%. Acho que chegar a 3,3% talvez seja um desafio muito grande, mas dá, sim, para subir de 2,4% para 2,7%. O abatimento cairia para 0,6 ponto.

Isso já seria bom?

Seria melhor se fosse mais, mas já vai na direção de ajudar um pouco o trabalho da política monetária.

Com o ajuste da política monetária e fiscal, a situação econômica do Brasil é favorável?

Sim, não tem nenhuma situação catastrófica. As condições estão boas para o Brasil, que é um país que está crescendo forte, que está criando emprego. É uma questão só de administrar os excessos, assim como a China está fazendo.

E o aumento projetado do déficit em conta corrente?

Para que nossas projeções aconteçam e sejam suficientes para manter a estabilidade da economia, com a alta da Selic e um superávit primário um pouquinho maior, tem que haver um déficit em conta corrente que ajude a financiar esse período de mais investimento e mais consumo.

E quanto estão vendo de déficit em conta corrente neste ano?

Por causa da nossa crença na força da economia brasileira, achamos que pode chegar a 3% do PIB este ano, e, mais à frente, 4% está de bom tamanho. Isso requer, claro, financiamento externo, mas acreditamos que ele vem. Na verdade, isso requer que as nossas políticas aceitem de fato esse déficit em conta corrente. Se não o fizerem, podemos acabar tendo crescimento menor.

A situação externa, dos Estados Unidos e outras economias ricas, pode piorar mais do que se espera e afetar esse quadro favorável ao Brasil e aos emergentes que o sr. pintou?

Tem esse risco, sim. Mas o mais provável é que tenhamos um período de volatilidade, de incerteza, de mais aversão ao risco, no qual a taxa de câmbio vai subir, descer, subir. O que nunca é bom. Mas, nesse cenário, acho que a tendência ainda é boa, desde que não ocorra nenhuma ruptura.

Que tipo de ruptura?

Por exemplo: um cenário em que de fato a Grécia fosse à bancarrota, não fosse salva pelos contribuintes dos países da União Europeia que têm recursos, a Alemanha e a França. Se eles deixarem que a Grécia acabe não conseguindo pagar suas contas, acho que estamos de novo numa crise, talvez não tão extrema como a do Lehman Brothers, mas ainda assim uma crise forte. Aí, no caso da ruptura, mas somente nesse caso, o cenário que a gente está desenhando se torna mais difícil. Porque não vai haver o financiamento externo. Sem financiamento, o câmbio tem de subir, e aí a inflação acaba subindo também e é possível que não consigamos crescer

tanto quanto gostaríamos.

No cenário de volatilidade, sem ruptura, que o sr. considera mais provável, como ficariam os EUA e os países ricos mais afetados pela crise?

A consequência disso tudo é a de vários anos de crescimento baixo, para poder digerir a conta e fazer o ajuste fiscal. Mas, nesse caso, acho que os emergentes acabam crescendo sim. E, além do mais, os investidores vão olhar para os emergentes como o lugar em que há projetos de investimento mais atraentes, e de onde a dinâmica de crescimento está vindo.

Mas, mesmo sem ruptura, os juros não vão voltar a subir à medida que os bancos centrais dos países ricos forem normalizando a sua política monetária, depois desse período extremamente acomodatório? Isso não pode afetar um país dependente de fluxo de capitais como o Brasil?

Só vejo cenário no qual os juros voltam a subir lá fora se houver conforto com a volta do crescimento. Estou falando do juro básico, do Fed, e de outros BCs. A gente tem de distinguir o que é movimento de curto prazo de mercado e o que é mais permanente - é claro que, no momento em que o Fed sinalizar que o juro vai voltar a subir, o mercado vai sofrer e coisa e tal. Agora, o Fed só vai fazer isso, do ponto de vista econômico, num cenário benigno, de uma certeza maior da recuperação. Então, temos de analisar não o efeito do juro subir, mas o efeito do juro subir numa economia mais forte. É que nem a China, que está subindo o juros. Parte do mercado sofreu no começo do ano, por causa disso, porque tem mais risco, etc. Mas a China só está subindo porque está crescendo muito.

Em outras palavras, ou temos economias ricas muito combatidas, ou juros subindo, mas não ambos ao mesmo tempo?

Isso mesmo, é um ou outro.

"Importação tem de ser taxada"

Presidente da Alstom critica compra de vagões chineses para o metrô do Rio sem taxa de importação e diz que fabricará trem-bala no Brasil

Cláudia Trevisan, PEQUIM

Tamanho do texto? **A A A A**

A exigência de transferência de tecnologia é "comum" nas licitações para a construção de trens rápidos e a Alstom não teria problemas para atender a essa condição no caso da linha que vai ligar Rio, São Paulo e Campinas, diz o presidente da Alstom Brasil, Philippe Delleur.

Criadora do TGV francês, a Alstom se prepara para enfrentar outras empresas de tradição na disputa pelo primeiro trem de alta velocidade brasileiro, cujas regras serão divulgadas neste mês. Entre os prováveis concorrentes está a Coreia do Sul, país para o qual a Alstom transferiu sua tecnologia nos anos 90. Outro candidato é a novata China, que afirma ter o trem mais barato e rápido do mundo.

Para Delleur, a eventual entrada dos chineses na disputa terá pouco impacto no valor das ofertas, já que cerca de 80% do orçamento do projeto está relacionado a obras de construção civil, que dependem basicamente dos custos internos do Brasil.

Ele critica a compra de trens chineses pelo Metrô do Rio, em 2009, e afirma que a operação foi beneficiada pela isenção do imposto de importação. Segundo ele, o produto importado seria mais caro que o fabricado no Brasil se houvesse a cobrança do tributo. "O Brasil é aberto às importações e isso é normal e bom para as empresas brasileiras. Só que o Brasil tem que pensar nas condições de igualdade entre os produtos fabricados no Brasil e os importados, senão vai perder sua indústria." A seguir, a entrevista concedida ao Estado, por telefone:

Qual é a importância dessa licitação em termos globais?

O projeto no Brasil é bastante importante. O tamanho da linha não é tão grande, são 400 km entre Rio e São Paulo e mais 100 km entre São Paulo e Campinas. A grande diferença dessa linha é que, primeiro, há anos não há investimento em ferrovias de passageiros no Brasil. Segundo, em razão do terreno, esse projeto precisa de muitas obras de construção civil. São mais de 100 km de viadutos e 100 km de túneis. Por isso, o custo é muito alto.

A Alstom já decidiu com quais empresas brasileiras participará da licitação?

Não tomamos nenhuma decisão porque o edital ainda não foi publicado. Faz bastante tempo que estamos analisando o projeto e no ano passado organizamos um grupo de empresas francesas que reúne todas as competências na área ferroviária de alta velocidade da França, como a Alstom, a SNCF, a operadora francesa de trens de alta velocidade desde os anos 80, e várias empresas de engenharia. Mas queremos fazer parceria com empresas brasileiras na área da construção civil. Cerca de 80% do custo do projeto é relacionado à área da construção civil.

Quantos quilômetros de trens a Alstom tem na França?

Não somos operadores da linha, quem opera a linha é a SNCF. Nós somos fornecedores de equipamentos e nossa vantagem é que fornecemos o sistema completo. Na França, a extensão de linhas de alta velocidade é de pouco mais de 2 mil km. O primeiro TGV foi lançado em 1981 e os trens da Alstom já percorreram 2,5 bilhões de km. Isso é importante, sobretudo em relação aos chineses e outros operadores, para mostrar que temos 30 anos de experiência com trens de alta velocidade, junto com a SNCF e as outras operadoras.

Um dos critérios da licitação do Brasil é a transferência de tecnologia. Essa é uma exigência comum nesse tipo de contrato?

É bastante comum. Nós vendemos trens de alta velocidade para a Coreia nos anos 90. Os coreanos exigiram transferência de tecnologia e nós transferimos toda a tecnologia para eles. Só que era uma tecnologia de 20 anos atrás. Depois disso, nós continuamos a aprimorar nossa tecnologia. Aqui no Brasil, não temos nenhuma dificuldade para transferir a nossa tecnologia, sobretudo porque aqui nós temos uma empresa grande e uma empresa brasileira, a Alstom Brasil, com 4 mil pessoas, muitas delas engenheiros. Então nós temos capacidade de receber a tecnologia. Hoje, não trabalhamos na área de alta velocidade porque não existe alta velocidade no Brasil. Trabalhamos com metrô, material rodante, sinalização.

O sr. falou de metrô e, recentemente, a China vendeu vagões ao Metrô do Rio. Agora, tudo indica que o país vai participar da licitação para construção do trem de alta velocidade. Como o sr. vê a entrada da China na disputa?

Primeiro quero fazer uma observação sobre a venda de carros de metrô. Eu não estava no Brasil na época, mas observei que a compra foi feita diretamente pelo governo do Rio de Janeiro e os carros do metrô chineses entraram sem pagar imposto de importação. Nós, junto com outras empresas brasileiras, achamos que isso não é uma situação normal. Aqui no Brasil, como empresa brasileira, temos que pagar todos os impostos. Isso nos coloca em uma posição desfavorável em relação às importações.

Que solução foi dada a essa questão do metrô?

Não foi solucionada. Nós achamos simplesmente anormal. Porque a diferença de preços entre nós e os carros chineses foi menor que a taxa de importação. Se tivesse o imposto, os chineses não teriam ganhado.

Vocês fabricariam os trens no Brasil ou trariam da França?

Fabricaríamos aqui. Temos três fábricas aqui. Há uma questão muito importante na relação entre o Brasil e a China. O Brasil é um país aberto às importações e isso é normal e bom para as empresas brasileiras. Só que o Brasil tem que pensar nas condições de igualdade entre os produtos fabricados no Brasil e os produtos importados, senão vai perder sua própria indústria.

A isenção do imposto de importação não foi contestada na Justiça?

Não, foi uma decisão do governo. Para o futuro, essa situação tem que ser revertida e a taxa de importação tem que ser aplicada aos chineses ou a qualquer outro país. Sobre o trem de alta velocidade, todos os países que têm tecnologia podem participar.

Que domínio a China tem sobre sua tecnologia e quanto dela é fruto de transferência de tecnologia de outros países?

Parece que os chineses vão participar porque a partir do fim do ano passado começamos a ver empresas chinesas interessadas. Mas não tenho a menor ideia de com que trem eles vão participar. O que sabemos é que a China inaugurou no ano passado uma linha de pouco mais de 1.000 km entre as cidades de Wuhan e Guanzhou. Há dois trens que operam nessa linha, o CRH2, que vem de uma tecnologia japonesa, e o CRH3, que vem de uma tecnologia alemã, da Siemens. Nos dois casos, a sinalização é da canadense Bombardier. A Alstom não tem nada a ver com esse trem. Não é nossa tecnologia.

A entrada da China vai forçar a redução dos preços da licitação, porque eles tendem a ser muito agressivos nessa área?

Temos que relativizar um pouco isso. Como falei, 80% do custo da obra vêm da construção civil e o peso dos equipamentos no total não vai fazer uma grande diferença. A grande vantagem dos chineses é a capacidade financeira do governo. E a nossa é a experiência. A questão do custo é muito importante, mas é mais relacionada à construção civil.

A Coreia também deverá participar da licitação. Há alguma restrição no contrato que vocês fizeram com a Coreia para transferir a tecnologia a terceiros?

A Coreia demonstrou interesse pelo projeto brasileiro há muito tempo, há muito mais tempo que os chineses. Hoje, depois de mais de dez anos, a Coreia tem todo o direito de transferir a tecnologia.

Quantos países usam a tecnologia de trem rápido da Alstom?

Bélgica, Holanda, Alemanha, Inglaterra, Espanha e há dois anos vendemos a última geração de trem de alta velocidade da Alstom, o AGV, à Itália. Fora da Europa, vendemos para a Coreia e estamos fechando a venda para o Marrocos. Também temos contrato com a Argentina, mas não entrou em vigor em razão da crise.

No caso do Brasil, a Alstom já sabe de onde viria o financiamento?

De acordo com as regras do governo brasileiro, uma grande parte do financiamento vem do BNDES. Além disso, cada fornecedor de tecnologia tem que trazer o financiamento relacionado às

importações de equipamentos e já sabemos que podemos fechar isso com bancos franceses. O que não está definido ainda é a parte de equity, que vai ser bastante grande. Cada consórcio terá que constituir uma empresa e o governo brasileiro vai entrar no capital dessa empresa. Isso não está fechado, porque depende do edital. Os investidores vão colocar dinheiro só se estiverem convencidos da racionalidade financeira do projeto, do equilíbrio financeiro. E para fazer essa avaliação eles têm que conhecer todas as regras da licitação.

A Alstom vai participar com o TGV ou o AGV?

Os dois são muito bem adaptados à linha Campinas-São Paulo-Rio. A vantagem do AGV é que consome menos energia e anda mais rápido. Mas as últimas versões do TGV têm a particularidade de serem trens de dois andares. É o único trem de alta velocidade do mundo de dois andares.

Folha de S. Paulo, 20 de fevereiro de 2010

Deficit da Previdência cai 44% em janeiro

Queda dos gastos com sentenças judiciais contribuiu para a redução do rombo, que atingiu R\$ 3,7 bilhões

JULIANNA SOFIA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

As contas da Previdência Social abriram o ano com queda de 44% no deficit em relação ao mesmo período de 2009. O saldo negativo atingiu R\$ 3,7 bilhões, o que representa o melhor resultado para meses de janeiro nos últimos dois anos.

O principal motivo para a redução do rombo previdenciário foi a diminuição dos gastos com sentenças judiciais. Em janeiro do ano passado, a Justiça determinou o pagamento de R\$ 3,2 bilhões em ações contra a Previdência. Em janeiro de 2008, as decisões judiciais haviam somado R\$ 2,4 bilhões. No mês passado, esse valor se imitou a R\$ 225 milhões. "Em janeiro de 2009 houve um volume grande de decisões, o que não se repetiu em janeiro de 2010. Mas esperamos essas despesas ainda para o primeiro trimestre", disse o secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer.

Excluindo o efeito da redução das sentenças, a Previdência teria apresentado pequeno aumento no deficit na comparação com 2009.

Em janeiro, a arrecadação líquida da Previdência alcançou R\$ 14 bilhões, um aumento de 12% em relação a igual mês de 2009. "O mercado de trabalho contribuiu para isso, elevando em R\$ 500 milhões a arrecadação de contribuições das empresas, e houve ainda uma maior adesão de empresas ao Simples, o que elevou a receita em R\$ 1,5 bilhão", disse. Quanto mais trabalhadores são contratados, mais contribuições as empresas recolhem ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Para este ano, o governo estima um deficit de R\$ 52 bilhões. No ano passado, as contas

fecharam com saldo negativo de R\$ 42,8 bilhões. Schwarzer adiantou que o ministério deverá rever para baixo a projeção para 2010 por conta, principalmente, da promessa de geração recorde de empregos no ano.

Embora a redução das sentenças judiciais tenha derrubado os gastos em 7,2%, houve pressão para elevação dos desembolsos. Em janeiro, uma parte do aumento real do salário mínimo refletiu nas contas da Previdência. Isso elevou os gastos em R\$ 370 milhões.

RISCO

S&P alerta para alta dos gastos do governo

DA REDAÇÃO

A agência de classificação de risco Standard & Poor's fez um alerta ontem sobre o aumento dos gastos do governo com projetos de infraestrutura, que deverão crescer mais com a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada.

A S&P disse que os gastos do governo com financiamento no setor serviram como medida de combate à crise, mas que eles podem elevar a dívida pública e "provavelmente aumentariam mais do que reduziriam as vulnerabilidades fiscais do país".

Segundo ela, o endividamento do governo é uma "fraqueza" do país ante os demais que têm a mesma nota de risco. "O alto nível de endividamento e a pesada carga de juros geralmente travam o avanço do país e deixam pouco espaço para flexibilidade fiscal e aumento dos gastos."

Para a agência, o governo vai ter que encontrar alternativas de financiamento e cita as PPPs (Parcerias Público-Privadas).

O Estado de São Paulo, 20 de fevereiro de 2010

Governo ainda estuda estímulo a exportador

Saída pode ser a devolução parcial dos créditos tributários

Fabio Graner

Tamanho do texto? **A A A A**

O governo estuda a possibilidade de adotar parcialmente a proposta de devolução mais rápida de créditos tributários para empresas exportadoras. Segundo fonte ouvida pela Agência Estado, essa pode ser uma saída para driblar a restrição fiscal imposta pela meta mais elevada de superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida) este ano. Há meses, essa é a principal reivindicação do setor exportador para ampliar sua competitividade em um ambiente de real valorizado ante o dólar.

A medida pode ser adotada por vários mecanismos. Um deles é a definição de qual segmento

exportador poderá ser beneficiado ou até mesmo se o porte da empresa pode ser critério para definir quem receberá mais rapidamente os créditos. Uma linha comum na atuação do governo em casos semelhantes foi a opção pelo porte de empresas, pela devolução mais acelerada apenas de novos créditos tributários ou de parte dos créditos já existentes.

Segundo a fonte, um padrão que também pode ser considerado é o que foi aplicado para a desoneração da folha de pagamentos. Em 2008, o governo reduziu à metade a contribuição patronal para a Previdência das empresas exportadoras do setor de semicondutores, o que é considerado um "projeto-piloto" de uma ação mais ampla na área. A equipe econômica quer estender a desoneração a outros setores, para estimular as contratações pelas empresas e aumentar a competitividade. No entanto, essa iniciativa só será levada adiante quando houver sobra de caixa no governo.

No caso dos créditos tributários dos exportadores, não está descartada a possibilidade de a devolução, em um primeiro momento, ficar restrita a um grupo de empresas e depois, havendo margem nas contas do governo, ser estendida a outros.

O que pode barrar a adoção mesmo parcial desse incentivo aos exportadores é a decisão do governo de trabalhar com uma meta de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) para o superávit primário de 2010. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, dá sinais de que cumprirá essa meta sem abater os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Vale lembrar, no entanto, que o próprio Mantega, ao participar do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, disse que o governo adotaria medidas de estímulo às exportações.

Déficit da Previdência cai 43,9%

Alívio nas contas, porém, é temporário, porque grande parte do pagamento de sentenças judiciais foi adiada

Edna Simão

Tamanho do texto? **A A A A**

Com o pagamento de menos sentenças judiciais, o déficit da Previdência atingiu R\$ 3,708 bilhões em janeiro, uma queda de 43,9% ante o mesmo período de 2009. O resultado é o mais baixo para o mês desde 2007. A forte queda ocorreu porque o grosso de pagamento de sentenças judiciais, que normalmente ocorre em janeiro, foi empurrado para fevereiro e março. Portanto, o alívio nas contas é momentâneo.

O governo já reservou R\$ 7,1 bilhões do orçamento deste ano para pagar dívidas judiciais, dos quais R\$ 3 bilhões devem ser gastos no primeiro trimestre. Em janeiro, foram pagos só R\$ 225,1 milhões, ante R\$ 3,187 bilhões em janeiro de 2009. Essas despesas devem pressionar ainda mais o déficit da Previdência, que deve encerrar o ano por volta dos R\$ 52 bilhões.

O aumento dos gastos já será verificado neste mês. Segundo o secretário de Previdência, Helmut Schwarzer, o pagamento de sentenças judiciais e o impacto integral dos reajustes do salário mínimo e de aposentadorias devem fazer com que as despesas com benefícios cheguem a R\$ 19,5 bilhões em fevereiro. "Devemos pagar algo próximo de R\$ 3 bilhões em fevereiro e março", disse Schwarzer.

Em janeiro, o baixo volume de pagamento de sentenças judiciais mais que compensou o efeito parcial do aumento dos benefícios e do salário mínimo. O déficit de R\$ 3,708 bilhões em janeiro reflete a arrecadação líquida de R\$ 14,076 bilhões e despesa com benefícios de R\$ 17,784 bilhões.

A menor despesa com sentenças judiciais em janeiro, conforme Schwarzer, nada tem a ver com a

estratégia adotada pela equipe econômica nos últimos meses de administrar a liberação dos recursos em caixa para conseguir cumprir a meta de superávit primário (economia para pagar juros da dívida). Isso porque a execução do orçamento para quitação de dívida com ações judiciais é feita pelo Conselho da Justiça Federal. "O conselho aperta o botão e depois aparece em nossa contabilidade", destacou o secretário.

Com a expansão dos gastos, o secretário estima que o déficit da Previdência no ano deve atingir R\$ 52 bilhões (1,57% do PIB). Somente o reajuste do salário mínimo e dos benefícios previdenciários vai contribuir com R\$ 14,3 bilhões para o aumento do rombo. Em 2009, esse saldo negativo correspondia a R\$ 42,8 bilhões (1,41% do PIB).

Schwarzer acredita que o resultado negativo pode ser um pouco inferior aos R\$ 52 bilhões. Isso porque os parâmetros utilizados para o cálculo são ultrapassados. Por exemplo, foi utilizada a previsão de crescimento de 5% neste ano, mas o governo federal já espera algo superior a 5,2%.